

Aconselhamento Pastoral e Diversidade Cultural

Christoph Schneider-Harpprecht

1. Observação Preliminar

O objetivo deste texto é avaliar a maneira em que se lida com a diversidade cultural na teoria e prática do aconselhamento pastoral no Brasil, fazer uma reflexão inicial sobre a relação entre evangelho e cultura como base teológica do aconselhamento pastoral culturalmente sensível e introduzir um modelo sistêmico e narrativo de aconselhar famílias a partir de um estudo de caso.

Certamente é mais difícil para um estrangeiro do que para um brasileiro abordar o tema “aconselhamento pastoral e diversidade cultural” no Brasil. Quando eu, como alemão, me arrisco neste campo, devo levar em consideração que isto pode ser visto como um ato de dominação. Porém lembro-me de uma figurinha colada nos pára-brisas de carros na minha terra que, aludindo à conhecida “xenofobia teutônica”, diz: “Os alemães são estrangeiros em quase todas as partes do mundo”. Ser estrangeiro implica a necessidade de traduzir a linguagem estranha e implica que eu assuma a perspectiva de um etnólogo. A tarefa do etnólogo é interpretar o material cultural produzido em determinado contexto. Ele dá um significado a eventos, testemunhos falados, documentos, organizações, instituições, produtos do trabalho e obras de arte. Interpretando, o etnólogo faz um trabalho de tradução. O antropólogo Clifford Geertz, cuja teoria influencia estas reflexões, lembra que “a vida é tradução — e todos nós estamos perdidos nela”¹.

Isso significa que a tarefa da tradução que decifra o significado daquilo que os outros nos transmitem é universal. Ela atinge a todos e implica que não existe compreensão imediata sem os atos nos quais construímos o sentido. Isso quer dizer que também os brasileiros são estrangeiros em quase todos os países do mundo, e, mais radicalmente ainda: cada um é um estrangeiro em relação ao outro. As nossas semelhanças, o parentesco cultural, são elaboradas na troca social. Como seres falantes construímos a nossa realidade social e cultural por atos lingüísticos. O nosso mundo define-se pela linguagem que falamos e os “jogos de linguagem” em que nos envolvemos com outros excluem todos os que não conseguem participar deles. Estes se tornam estrangeiros. Para todos é preciso assumir a perspectiva do etnólogo para entrar no sistema do outro. A exclusão pelo sistema de linguagem passa todos os níveis da sociedade e resulta numa variedade de

grupos diferentes, partidos políticos, empresários, sindicatos, o exército, grupos de mulheres, igrejas e seitas. Também a família como unidade básica da vida social dos indivíduos pode ser considerada um sistema de linguagem em que o significado das relações se define através do uso das palavras e, inversamente, o caráter e a qualidade das interações definem o sentido da fala². Assim somos todos estrangeiros, ou, com outra metáfora: “textos estranhos” que primeiramente são incompreensíveis e carecem de interpretação. A postura adequada do etnólogo nesta interpretação é a do “não saber”, a qual exige que deixemos para trás o “pseudo-saber” daquele que parece conhecer a cultura do outro. Ela nos leva a assumir uma perspectiva multicultural, que relativiza os valores da nossa própria cultura e, a partir da convivência e do estudo de textos, tenta escutar e decifrar, sem julgar, como esses outros enxergam e entendem a si mesmos, a sua cultura.

2. Os Conceitos de Cultura e Aconselhamento Pastoral

Nesta descrição do meu lugar como pesquisador já transparece o conceito de cultura e de aconselhamento com o qual pretendo trabalhar. Partindo da noção do ser humano como ser falante que precisa compreender o seu mundo, o termo “cultura” significa as construções do discurso humano através do qual os seres humanos controlam o seu comportamento social, o conjunto diversificado dos textos falados e escritos que relaciona pessoas num determinado tempo e espaço físico nas mais diversas formas e atividades que criam produtos materiais, frutos de trabalho e arte. O uso da metáfora do texto para fazer referência ao material cultural aponta para a des-construção do sentido através da interpretação como tarefa da pesquisa. A cultura é a rede de inscrições de sentido que se constrói, molda e perpassa as relações sociais e precisa ser decifrada e des-construída³.

O aconselhamento pastoral participa desse trabalho de interpretação. Entendemos sob aconselhamento pastoral as atividades em que a comunidade cristã procura realizar o ministério da poimênica, quer dizer, o ministério da ajuda mútua dos cristãos e da ajuda para aqueles que a procuram nos conflitos da vida. Aconselhamento acontece através da conversação pastoral e de outras formas de comunicação metodologicamente refletida em atos de construção e des-construção de sentido e relaciona a tradição simbólica do cristianismo com a biografia das pessoas e com a sua atuação concreta. O aconselhamento pastoral participa do discurso da teologia que, como uma forma do discurso religioso no qual a sociedade simboliza as condições contingentes da vida individual e social, fundamenta, crítica e conduz a ação comunicativa dos cristãos em determinadas igrejas a partir dos textos fundantes do cristianismo. O aconselhamento pastoral desenvolve a sua teoria no diálogo crítico com o discurso da sociedade sobre a assistência e a terapia de pessoas. Ele sempre faz parte de uma cultura específica e implica a reflexão

sobre a relação da prática da fé cristã com a cultura dos aconselhadores e dos aconselhados no processo de aconselhamento. Como dizem Arthur Kleinman e John Patton, o aconselhador é um “mini-etnólogo” que observa e descreve indivíduos, famílias, pequenos grupos e comunidades na sua particularidade cultural dentro do contexto maior da sociedade⁴.

3. O Desafio da Diversidade Cultural

Nos últimos 20 anos a literatura norte-atlântica sobre a relação entre aconselhamento e cultura cresceu de maneira considerável. A globalização do mercado, a queda do socialismo, a abertura do leste europeu, guerras e problemas políticos na África e Ásia promoveram imensos movimentos de migração e imigração que mudaram o mapa da população no mundo norte-atlântico e em outros continentes. Nos Estados Unidos cresceu o número de americanos que pertencem a minorias culturais de origem africana, asiática, hispânica ou indígena, muitos deles vivendo em condições precárias, que precisam de aconselhamento. Porém as suas necessidades e características culturais entraram em choque com a oferta de aconselhamento por parte de profissionais de classe média branca. Na sua prática estes se baseavam em teorias de psicoterapia que partiam do pressuposto de que os valores e o estilo de vida da classe média branca seriam universais.

Alguns pesquisadores da área da psicanálise e psicoterapia já refletiram bem cedo sobre a necessidade de integrar o aspecto da cultura na teoria da psicoterapia. A psicanalista Ruth Benedict, por exemplo, exigiu já em 1934 que os padrões de cultura fossem incluídos na concepção de psiquismo⁵ e Georges Devereux começou nos anos cinquenta em Paris com o tratamento especificado e culturalmente sensível de estrangeiros que deu início à pesquisa da etnopsicanálise⁶. Porém, conforme constatam D. W. Sue e D. Sue em seu livro *Counseling the Culturally Different* em relação aos Estados Unidos: a realidade da opressão social de minorias e do racismo coloca obstáculos para o aconselhamento dessas pessoas.

Elas se encontram com os aconselhadores com reservas e certa suspeita, perguntando: “Será que você, um aconselhador/terapeuta, é diferente de todos os outros lá fora que me oprimiram e discriminaram?”⁷ Pesquisas comprovaram que os profissionais da área de saúde mental têm uma tendência a acreditar que as minorias têm um estilo de vida e valores patológicos⁸. Eles desvalorizam as redes de apoio naturais dessas pessoas em que curandeiros ou líderes religiosos as atendem com práticas baseadas na tradição simbólica da sua cultura. Em relação aos modelos ocidentais de psicoterapia, “eles os avaliam como não-científicos, supranaturais, místicos e não-consistentes com os ‘padrões profissionais de atendimento’”⁹. Os cursos de formação não preparam os futuros aconselhadores para relacionar-se com pessoas de outras culturas, especialmente não os ajudam a trabalhar o racismo não-percebido que pode influenciar a sua relação com clientes de origem africana, latina ou indígena¹⁰.

Entre as diferentes culturas há diferenças no estilo de comunicação, no significado da linguagem não-verbal, na percepção do espaço interpessoal, na expressão da afetividade, na forma de relacionar-se com o aconselhador como especialista ou figura de autoridade que podem dificultar o processo do aconselhamento. Enquanto os representantes da cultura ocidental branca costumam falar em voz alta, procuram contato visual com o outro, tentam ser objetivos, não expressam muito as suas emoções e esperam do seu parceiro uma atitude de autopercepção (*insight*), os clientes de origem asiática ou hispânica falam mais baixo, evitam contato visual direto, preferem um estilo de comunicação indireto, entendem o silêncio como expressão de respeito em relação a autoridades e preferem formas mais ativas e diretivas de ajuda, e não formas não-diretivas¹¹. Facilmente se sentem constrangidos, ofendidos ou frustrados quando um aconselhador branco exige *insight*, aborda conflitos diretamente, espera uma abertura que na Ásia ou América Latina muitas vezes se tem apenas com a família ou amigos muito íntimos. Clientes americanos de origem africana têm um estilo mais emocional, expressam os seus afetos, procuram o contato direto com o outro. Um aconselhador branco pode vê-los como agressivos ou emocionalmente instáveis. As mulheres nas diferentes culturas diferem dos homens no seu estilo de comunicação, na maneira de raciocinar, de desenvolver o seu julgamento moral. A terapia feminista aponta que as teorias tradicionais do aconselhamento e do desenvolvimento da identidade negligenciam a realidade das mulheres¹².

A problemática da diversidade cultural, que se estende também às áreas dos valores que dirigem o comportamento, da visão do mundo, de atitudes e práticas religiosas, despertou uma parte dos aconselhadores e dos pesquisadores do norte do planeta, os levou a exigir a formação de aconselhadores culturalmente sensíveis e capacitados para o aconselhamento com clientes de outras culturas e grupos étnicos. Segundo Pederson e seus colaboradores, existe atualmente um “consenso geral de que as culturas dos que oferecem e dos que usam o aconselhamento influenciam ampla e profundamente o processo de aconselhamento. O aconselhamento transcultural foi reconhecido como ‘quarta força’ no campo do aconselhamento, a qual, na sua relevância e no seu impacto, é igual às três ‘forças’ tradicionais do aconselhamento psicanalítico, comportamental e humanístico”¹³. Quer-se estabelecer o aconselhamento transcultural como uma dimensão que passa as diferentes formas de aconselhamento. Em consequência, deve-se fortalecer a pesquisa sobre o fator sociocultural na psicologia do desenvolvimento, nas teorias da identidade e nas concepções de psicoterapia. É necessário contextualizar culturalmente a pesquisa psicológica.

4. Aconselhamento Pastoral e Diversidade Cultural no Contexto do Brasil

4.1. A Diversidade Cultural no Brasil

Esboçamos até agora um quadro da situação no Primeiro Mundo. O que significa isso para o aconselhamento no contexto latino-americano e brasileiro? Já de antemão temos que dizer que a nossa situação é muito diferente. No Brasil convivem muitas culturas sob a camada de uma cultura nacional unificadora que, segundo Helcion Ribeiro, determina a identidade nacional em três dimensões: a resistência, a esperança e o espírito lúdico¹⁴. A diversidade cultural na terra brasileira é mais resultado de uma história de colonização, imigração e escravidão e não tanto da imigração recente. Encontramos em diversas regiões a concentração de uma população de descendentes de escravos africanos e de imigrantes de origem italiana, portuguesa, russa, alemã, polonesa, japonesa, etc. e uma variedade de tribos indígenas que vivem com contato maior ou menor com a sociedade brasileira. Nos lugares de concentração de determinada etnia as pessoas continuam vivendo relacionadas com as suas tradições culturais, porém participam, através dos meios de comunicação de massa e de movimentos de migração, de elementos de outras culturas. Na medida em que elas participam da cultura dominante, enfraquecem-se os laços com a cultura de origem étnica¹⁵. A prática da miscigenação no Brasil tornou mais frágeis e porosas as barreiras entre etnias e raças, porém não conseguiu derrubar o racismo e a discriminação dos afro-brasileiros¹⁶. Antigamente o Brasil era dividido entre a cultura dominante branca dos colonizadores portugueses e as culturas oprimidas dos escravos africanos e indígenas e dos imigrantes europeus que foram chamados como mão-de-obra para substituir os escravos e “branquear” o povo. As tradições culturais destes eram negadas e proibidas, como no caso das religiões afro-brasileiras, e sobreviveram clandestinamente, ou, dependendo do clima político, facilmente caíam sob suspeita e eram desvalorizadas. Isto aconteceu, por exemplo, com a cultura teuto-brasileira.

O conflito entre a cultura dominante dos donos e a cultura oprimida dos escravos e empregados produziu ao longo da história do Brasil uma identidade cultural fragmentada e dicotomizada: a herança do sonho fracassado dos colonizadores que vieram para explorar o paraíso e satisfazer os seus desejos, mas no seu coração continuavam sendo cidadãos da Europa¹⁷, a herança dos oprimidos, dos índios cuja cultura foi e continua sendo destruída, a herança dos africanos que foram individual e socialmente despedaçados pela exploração nos engenhos e nas minas, a herança dos imigrantes europeus que, na sua maioria pobres, fugiram da fome para enfrentar a vida sofrida de colonizadores pioneiros que foram marginalizados pela sociedade e, por sua vez, marginalizaram os povos indígenas. Nas últimas décadas a cultura dominante mudou no processo de industrialização e informatização da sociedade. A lei do mercado, a racionalidade e o ritmo da

produção industrial se sobrepuseram ao ritmo das tradições étnicas e as transformaram em algo folclórico no âmbito de uma cultura globalizante.

Existiu também em tempos mais recentes certo fluxo de imigrantes do Oriente Médio, da Ásia e da Europa. Porém o impacto das mudanças internas da sociedade foi maior. A industrialização provocou movimentos migratórios que, nas últimas décadas, desenraizaram muitas pessoas que vieram morar nas periferias das crescentes megalópoles. Salários baixos, a economia inflacionária, o desemprego, a falta de escolaridade, a precariedade de moradia levaram ao empobrecimento de uma parte significativa da população brasileira. Em consequência observava-se um decréscimo das capacidades culturais das pessoas. Quem vive na favela está exposto ao estresse permanente da luta pela sobrevivência num ambiente caracterizado por violência, abandono, crime, fome, abuso sexual, alcoolismo e dependência de drogas. A pobreza leva ao desenvolvimento de uma subcultura que enfraquece os laços sociais das pessoas, o seu vínculo com as instituições da sociedade, e leva a um atrofiamento do seu saber (p. ex., o conhecimento da natureza, de plantas medicinais, do cuidado de crianças), do acesso a técnicas culturais (computadores, carros, etc.) e do conhecimento de tradições étnicas e de seu grupo religioso¹⁸.

O empobrecimento ajudou a transformar a estrutura da família patriarcal. Em aproximadamente um terço da população pobre a família passou a ser um grupo matrifocal constituído pela mãe e pelos filhos, enquanto os homens estão ausentes ou ficam mais à margem. Porém o patriarcalismo e o machismo ainda são fortes e dominam o dia-a-dia de muitas mulheres. A cultura dominante de produção e consumo consegue moldar o desejo dos pobres e ligá-lo a imagens de objetos de consumo ou prestígio, porém ela exclui essas pessoas do processo de produção e não lhes oferece suficiente poder aquisitivo. Excluídas, deixadas de lado na sociedade pluralista, elas continuam desenvolvendo a sua própria subcultura, que tem um caráter fortemente religioso e valoriza práticas alternativas e tradicionais de cura (curandeiros, benzedeiras). Sob a influência de novos movimentos religiosos globais, acumularam-se idéias e práticas de diferentes religiões num sincretismo que se organiza em centros espíritas, grupos de gnose ou seitas e atinge também a tradição afro-brasileira nos centros tradicionais de umbanda e candomblé. Por outro lado, constata-se um crescimento enorme de igrejas pentecostais e neopentecostais que incorporam e sacralizam os ideais da cultura dominante: sucesso, riqueza, felicidade, a saída individual da miséria e a passagem para o lado próspero da sociedade como fruto da fé.

4.2. Aconselhamento Pastoral e Psicológico no Brasil e Diversidade Cultural

Até agora o aconselhamento psicológico no Brasil continua sendo uma prática para pessoas de classe média e de classe alta que conseguem pagar pelo

menos um plano de saúde que viabilize a psicoterapia e vivem num ambiente cultural que lhes permite procurar uma ou mais vezes por semana um terapeuta para sessões de, no máximo, 50 minutos. As teorias e os modelos de formação das diferentes escolas de psicoterapia são quase exclusivamente importados do Primeiro Mundo e seguem as regras do mercado. Isso quer dizer que eles não refletem de maneira específica as condições da cultura brasileira. Boa parte dessas teorias de psicoterapia cultiva atitudes críticas em relação à religião ou negligencia esta parte. Existem, por exemplo, diferenças irreconciliáveis entre a interpretação psicanalítica dos sonhos e a maneira como um médium espírita os entende. No aconselhamento psicanalítico o conflito das interpretações facilmente acaba na vitória da perspectiva psicanalítica, à qual o cliente, levado pela transferência, se submete e que no futuro pratica mesmo na associação livre em relação aos seus sonhos. No Brasil os aconselhadores procuram seguir os padrões de aconselhamento e psicoterapia do Primeiro Mundo. Necessidades e interesses econômicos não permitem que dediquem muito tempo e atenção ao atendimento dos pobres. Também em termos de religião parecem estar mais ligados às atitudes críticas convencionais da maioria das escolas de psicoterapia e se mostram influenciados pelo positivismo ainda vigente em vários setores das universidades brasileiras.

Existem alguns exemplos de trabalho de aconselhamento psicológico junto a pessoas pobres no país. Eles mostram a resposta positiva da população pobre, que começa a usar a oferta de aconselhamento pastoral e psicológico se tem a possibilidade de fazê-lo. Permanecem, porém, barreiras culturais profundas. As pessoas pobres sofrem de um acúmulo de problemas e esperam soluções imediatas, enquanto que boa parte das teorias de aconselhamento tem alvos de médio e longo prazo. Elas não podem gastar muito tempo, precisam de horários à noite ou nos fins de semana porque não podem faltar no serviço. O *setting* tradicional da psicoterapia (sessões semanais no consultório em horários determinados) com um indivíduo ou a família não corresponde às suas necessidades e promove ainda a fragmentação das diversas áreas da vida. Seria necessário um atendimento de curto prazo que esteja próximo da sua moradia, trabalhe com vários métodos, integrando as necessidades de cura física, psíquica e espiritual, valorize as tradições e o saber da cultura popular, coopere com os curandeiros, se relacione bem com os vários grupos religiosos, reconstrua e fortaleça as redes sociais no grupo familiar e na comunidade que servem de apoio às pessoas. Alguns exemplos, como o projeto de terapia comunitária Quatro Varas em Fortaleza, coordenado pelo teólogo católico, antropólogo e psicólogo Adalberto Barreto, ou projetos profissionalizantes para menores adolescentes em situação de risco¹⁹, em que a prática de aconselhamento psicológico integra-se num trabalho de resgate da identidade cultural e de construção da cidadania, indicam a direção em que se deve trabalhar para desenvolver modelos de aconselhamento que correspondam à situação e às necessidades socioculturais do povo brasileiro²⁰.

Onde situa-se a prática de aconselhamento pastoral nesse quadro? Isto de-

pende dos padrões da tradição cultural do povo que ele atende. Diferenciamos aqui entre a cultura popular atingida pela prática de aconselhamento em igrejas pentecostais e neopentecostais ou pelas práticas do catolicismo popular e do movimento carismático, por um lado, e a cultura de classe média representada pelo catolicismo e pelas igrejas do protestantismo histórico e de missão, por outro. Enquanto no ambiente popular o aconselhamento trabalha com base em rituais, realizando curas espirituais, usando a oração, ritos de exorcismo e de preservação contra o mundo dos demônios, no catolicismo prevalece ainda a forma tradicional da cura d'almas como ato de penitência acompanhado por ações simbólicas (p. ex., romarias), e no protestantismo histórico e de missão o aconselhamento em forma de conversação pastoral individualizada ou com pequenos grupos.

Em geral há uma diferença muito grande entre o aconselhamento psicológico e o pastoral. Conhecimentos psicológicos e o uso de algumas técnicas de psicoterapia se restringem em grande parte ao aconselhamento da classe média praticado por profissionais especializados que tiveram acesso a esse saber durante o estudo ou através de cursos específicos. Em algumas igrejas esses profissionais trabalham como multiplicadores na capacitação de equipes de leigos que fazem visitação em hospitais, asilos e na casa das pessoas. Eles transmitem conhecimentos básicos e algumas técnicas elementares de aconselhamento para os leigos e são forçados a lidar com a cultura popular. Boa parte dos profissionais são psicólogos que não têm formação teológica e mostram certas dificuldades de relacionar teologia e psicologia em seus ensaios teóricos e na prática. Constata-se uma procura crescente por aconselhamento pastoral especialmente em igrejas do protestantismo histórico e de missão. O crescimento de grupos evangélicos nessas igrejas é acompanhado pelo interesse por aconselhamento e terapia. Parece que desta forma o desejo de alcançar a cura que leva muitas pessoas a procurarem centros de umbanda e as igrejas pentecostais e neopentecostais atinge também as igrejas mais tradicionais.

Porém é óbvio que os aconselhadores não estão adequadamente preparados para o aconselhamento no âmbito popular e também carecem de condições teóricas e práticas para lidar adequadamente com os fenômenos religiosos. A grande maioria dos livros de aconselhamento pastoral publicados no Brasil são traduções de obras norte-americanas ou européias escritas por homens brancos que preparam os aconselhadores para atender pessoas brancas de classe média que vivem em condições de Primeiro Mundo. Com exceção do livro sobre aconselhamento pastoral de Howard Clinebell²¹, essa literatura não menciona o contexto do Terceiro Mundo nem reflete sobre a contribuição cultural e teológica da experiência latino-americana. Dependendo da postura teológica, possibilita a valorização de experiências religiosas diferentes ou promove a sua crítica. No clima de concorrência religiosa existente na América Latina parece prevalecer a crítica que se distancia da experiência religiosa do outro, a avalia como algo estranho, perigoso ou até diabólico. Especialmente aconselhadores leigos mostram muita insegurança ou

medo em relação a manifestações religiosas diferentes, enquanto que a maioria dos pastores assume uma posição polêmica e apologética.

Em resumo: ou a prática de aconselhamento no Brasil faz parte da cultura popular religiosa, é realizada por leigos e se comunica pouco com o mundo da psicologia e da teologia pastoral, ou, com algumas exceções, a prática de aconselhamento realizada por profissionais de teologia e psicologia fica presa ao atendimento da classe média, reproduz as concepções psicológicas elaboradas pela cultura dominante, não consegue se relacionar bem com a cultura popular e não sabe lidar adequadamente com expressões culturais diferentes. O desenvolvimento de formas de aconselhamento culturalmente sensível é urgente e mais do que necessário.

5. Aconselhamento Pastoral e Inculturação

Qual poderia ser a base teológica do aconselhamento pastoral culturalmente sensível? Primeiro temos que constatar que durante qualquer processo de aconselhamento os aspectos culturais aparecem necessariamente nas interpretações psicológicas, sociológicas e teológicas das estórias dos aconselhados e as perpassam. O aconselhamento não pode ser culturalmente neutro e trabalha visando uma mudança de valores, costumes de comunicação e atitudes religiosas que contribua para a solução dos problemas. Mas, a partir da “grande história” do evangelho da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, ele procura possibilitar experiências de libertação e justiça nas relações familiares, íntimas e públicas das pessoas. A pergunta central é como isso pode acontecer sem que se repitam no processo de aconselhamento a dominação e destruição da cultura e da religiosidade das pessoas. Como podemos desafiar as pessoas em seu mundo cultural com a Boa Nova sem a atitude colonialista que negava o valor da cultura popular e a satanizava, apostando na estratégia do medo do inferno, e sem impor um modelo cultural²²?

No aconselhamento pastoral acontece a inculturação do evangelho. Seguindo reflexões de Paulo Suess, quero destacar que o modelo da inculturação não identifica o evangelho com uma cultura determinada, por exemplo a cultura ocidental moderna, e também é diferente da aculturação que pretende harmonizar diferentes correntes culturais e promove o sincretismo religioso. O conceito de inculturação diferencia entre o evangelho de Jesus Cristo e as culturas, porém implica que eles se permeiam mutuamente de tal forma que a “inculturação é a libertação e o caminho da libertação é a inculturação. (...) A libertação gera relações sociais, estruturalmente simétricas, que possibilitam o diálogo como pressuposto do anúncio da Boa Notícia e da celebração dos mistérios da salvação”²³. A base desta posição é a “analogia entre encarnação e presença cristã no contexto sócio-cultural e histórico dos povos”²⁴ que foi sublinhada pela conferência dos bispos da Igreja Católica em Puebla e em Santo Domingo.

As igrejas protestantes podem concordar com essa compreensão de incultu-

ração, que visa uma abertura das culturas humanas para o evangelho que aponta para a transformação das culturas na plenitude do reino de Deus. Leonardo Boff coloca como argumento principal da inculturação a compreensão do Deus triúno na tradição cristã:

A SS. Trindade, mistério de comunhão das três divinas Pessoas, sempre se entregou à criação e à vida de cada pessoa e se revelou às comunidades humanas sob a forma da sociabilidade, abertura de uns aos outros e entrega e também como denúncia e protesto contra a ausência desses valores. Toda a humanidade é templo da Trindade, sem distinção de tempo, espaço e de religião. Todos são filhos e filhas no Filho, todos são movidos pelo Espírito, todos são atraídos para cima, pelo Pai.²⁵

Em conseqüência, no aconselhamento pastoral deve-se respeitar a diversidade religiosa dos povos e assumir uma postura aberta e solidária de diálogo em que o aconselhador e as pessoas aconselhadas percebem, valorizam e respeitam a religiosidade do outro. Os aconselhadores devem fazer todo o possível para que os aconselhados possam articular a sua religiosidade. O testemunho da sua fé pessoal deve ser relacionado com a postura diaconal na qual se colocam à disposição e ao serviço da vida plena (Jo 10.10) do outro. Servindo à vida, eles também podem questionar elementos de alienação que percebem e desafiar o outro para arriscar a liberdade e assumir o compromisso com a justiça nas relações humanas.

6. O Trabalho com o Aspecto Cultural no Aconselhamento Pastoral

Como os aspectos da cultura manifestam-se no processo de aconselhamento, de que maneira podem ser percebidos, como influenciam o processo de aconselhamento e como podem ser trabalhados? Estou interessado nas particularidades culturais concretas do aconselhamento, não em fenômenos humanos universais, pois penso que apenas o saber concreto, local e regional possibilita intervenções eficazes e a inculturação do evangelho no processo de aconselhamento. O melhor caminho para verificar essas perguntas me parece ser um estudo de caso em que podemos tratar concretamente do aspecto etnológico dentro do aconselhamento pastoral.

Janaína tem 32 anos, está separada do marido há dois anos e é mãe de dois filhos: Filipe, de 7 anos, e Jorge, de 11. Reside numa casa de madeira nos fundos da casa dos seus pais em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Trabalha como faxineira na mesma empresa onde sua irmã Janete trabalha como secretária e ganha 1 salário mínimo. Foi encaminhada para um centro ecumênico de aconselhamento através de Janete, uma pessoa muito ligada à Igreja Católica, que conheceu um dos aconselhadores durante um seminário. O motivo da irmã era a sua preocupação com a relação rude e muitas vezes violenta entre Janaína e os

filhos e com o seu envolvimento íntimo com homens da vila. Esse envolvimento despertou na irmã e na mãe o medo de que ela um dia pudesse abandonar os filhos para ficar com um desses homens. A família é de origem italiana e católica, porém Janaína não é católica praticante. A família foi atendida durante dois meses em sete encontros semanais por mim e por uma terapeuta de família. Quatro meses depois realizou-se uma reunião de encerramento (*follow up*).

Para descobrir o significado do sistema cultural da família de Janaína vamos analisar a estrutura familiar e os setores de trabalho, lazer e religião. Janaína é a filha mais nova. O seu marido mora com outra mulher numa cidade bastante afastada. Ele paga a pensão irregularmente e não visita os filhos há oito meses. Janaína tem medo de que o marido possa tirar os filhos dela. Certa vez ele não deixou os filhos voltarem das férias, ficou com eles por alguns meses num lugar desconhecido até que Janaína os descobriu e os tirou dele através da Justiça. Ela ainda gosta do marido e deseja que ele volte, mas ao mesmo tempo se sente muito magoada. Vive em permanente conflito com a sua irmã mais velha, Adriana, mãe solteira, que mora na mesma cidade. Janaína culpa a irmã de ter seduzido seu marido e, por ciúmes, ter feito com que ele ficasse com outra mulher. Também culpa a sua mãe de ter mandado o seu marido embora quando esta sugeriu que ele, para evitar as brigas do casal, procurasse um trabalho em que precisasse viajar. A outra irmã, Janete, é a que cuida da família, protege Janaína, arrumou trabalho para ela e tenta controlar os seus contatos com homens, se preocupa com a educação dos dois filhos e com a saúde do seu pai. Ela se sente sobrecarregada e já teve conflitos com o marido por causa do seu envolvimento com Janaína. Janete, Adriana e a mãe se preocupam com Janaína devido à sua fantasia de que Janaína possa tornar-se prostituta e se queixam de que ela seria muito rude com os filhos e bateria muito neles.

Os filhos se sentem divididos entre o pai e a mãe e a mãe e os avós. Especialmente Jorge, o mais velho, sente saudades do pai e se preocupa com a sua ausência. Ele vai mal na escola. Filipe vai para a classe especial por causa de uma deficiência mental não especificada que seria uma seqüela do parto. Ele é muito apegado à avó, que cuida dos dois quando a mãe está trabalhando. Não há limites claramente definidos entre Janaína, a mãe e Janete. A mãe quase adotou os dois netos e os trata como irmãos de Janaína, enquanto que esta continua sendo a filha mais nova e financeiramente dependente e está sob a tutela dos pais. Em consequência, os filhos não obedecem à mãe e ela não brinca muito com eles nem lhes dá carinho. O pai de Janaína é alcoolista. No passado bebia muito, e Adriana cuidou dele muitas vezes quando ele estava caído. Uma vez Janaína fugiu de casa porque não agüentava mais a situação e a gozação por parte dos colegas de escola. Todas as mulheres da família assumiram alternadamente os papéis de perseguidora e de salvadora em relação ao pai alcoolista. Apesar do alcoolismo, ele continua sendo o cabeça da família e a autoridade que define as regras. Proibiu Janaína de se relacionar com homens da vila e até fechou o portão do terreno para impedir a

entrada deles. Os pais controlam também o lazer dela, seja ir a um baile ou a um bar. Estas são diversões comuns no interior onde está situada a comunidade local.

Encontramos aqui alguns aspectos típicos da família de origem italiana: o patriarcalismo que respeita o pai como autoridade nas relações da família para fora e que é combinado com uma atitude de dependência. Nas famílias italianas observa-se certa dependência dos homens adultos das suas mães e das esposas, que exercem a função de mãe. O alcoolismo, além de ser uma doença, é uma expressão dessa dependência culturalmente prefigurada. A mãe italiana domina a política dentro de casa e, por trás dos bastidores, dirige o marido e os filhos. É frequente a triangulação das filhas, que se tomam aliadas íntimas do pai, que, por sua vez, as trata, também quando já são adultas, como a sua posse e mantém com elas uma relação de ciúmes. Janaína protesta, na posição de filha mais nova, contra a superproteção e a intromissão dos familiares na sua vida particular. O seu envolvimento com homens da vila documenta o seu desejo de liberdade da tutela dos pais e da irmã. Porém ela não consegue sair de casa, e — o que também é típico da família italiana — apesar dos conflitos a família inteira se reúne a cada domingo na casa dos pais. A cultura favorece certa fusão dos subsistemas de pais e filhos sem limites claros. O estilo de comunicação nessas famílias é um tanto emocional e agressivo.

No contexto de uma cidade do interior com forte influência da Igreja Católica, a família está preocupada com a sua reputação. Parece que na escala de valores desse ambiente e da família o pecado do alcoolismo do homem é menor do que certa liberdade sexual de uma mulher separada. Se observamos a situação econômica de Janaína como mulher, aparecem algumas características da cultura brasileira no contexto da pobreza que estão ligadas ao patriarcalismo e machismo: a baixa escolaridade de Janaína, que diminui as suas chances sociais como mulher e mãe divorciada, a ausência de compromisso do marido separado para com os filhos, a falta de eficácia do sistema judiciário para defender o direito dos filhos e obrigar o pai a pagar a pensão. Como pessoa pobre, Janaína recorre aos serviços de saúde para ajudar o seu filho portador de deficiência, mas não recebe um diagnóstico adequado, depende das decisões das autoridades que “sabem”, dos médicos, da avaliação da fisioterapeuta que, sem um diagnóstico claro, coloca Filipe numa classe especial, um grupo que, na situação atual da educação no Brasil, é mais um depósito do que uma alternativa pedagógica para crianças portadoras de deficiência.

No campo da religião Janaína participa de uma visão mágica da vida. Ela está convicta de que perdeu o marido porque a outra mulher fez um ritual de macumba, um despacho na sétima encruzilhada, para prejudicá-la. No sul do Brasil, esses despachos geralmente se dirigem a Exu ou Bará, um orixá ambivalente que provoca o bem e o mal. A lógica mágica implica que o despacho só pode ser desfeito por outro ritual. Clandestinamente Janaína começou a ir junto com a sua chefe a um terreiro de umbanda para se aconselhar com um pai-de-

santo. Ela oculta essa atividade religiosa, só a confiou aos aconselhadores numa conversa individual e insistiu que os demais familiares não podem saber disso. Como muitos brasileiros, Janaína participa de um mundo religioso alternativo ao culto oficial católico, do qual se afastou. Parece que na umbanda essa mulher, que se sente dependente, magoada e sem poder nenhum, acha a expressão simbólica dos seus problemas e do seu desejo de ter liberdade, o poder de restaurar a família, melhorar a sua segurança e a sua situação financeira ou, pelo menos, conseguir um parceiro para ser feliz. O culto secreto é para Janaína um lugar onde ela está livre do controle da família e da Igreja, um lugar onde pode viver o seu protesto contra essas instâncias e contra o destino e fazer algo para resolver as suas dificuldades. Devemos perguntar se na umbanda não há o perigo de transformar esses impulsos de liberdade do sujeito numa nova dependência, sugerindo que o seu destino depende dos espíritos e só pode ser influenciado pela participação nos rituais, e fixando Janaína na idéia de que é uma mulher dependente que precisa de um homem para viver.

Os objetivos do aconselhamento eram:

— Encaminhar Filipe para uma avaliação médica e psicológica a fim de verificar o grau de retardamento, a possibilidade de participar da 1ª série na escola regular e quais os recursos terapêuticos disponíveis. Facilitamos o acesso a serviços do sistema de saúde. Na avaliação médica detectou-se uma deficiência psicomotora, e não mental, que pode ser terapeuticamente trabalhada e não impede o ingresso de Filipe na escola regular.

— Ajudar Janaína a tornar-se mais independente dos pais e a assumir a sua responsabilidade como mãe. Ela aprendeu a brincar com os filhos e conseguiu demonstrar mais o seu afeto. Começou a vir sozinha para a terapia e a fazer os contatos com a escola, médicos, fisioterapeutas, etc. Estórias da sua relação positiva com uma tia e de sua relação estreita com a avó materna na infância, que era um exemplo de mulher forte para Janaína, tornaram-se simbolizações centrais de uma nova autocompreensão.

— Estabelecer limites mais claros entre o subsistema de avós, pais e filhos. Janete se permitiu sair do papel de cuidadora e combinou com Janaína que não iria se meter mais na vida dela. A avó começou a aceitar que tem que deixar a responsabilidade pelos filhos com Janaína e não pode interferir na educação deles. Janaína tentou uma reaproximação com o pai, buscando a sua valorização como pessoa adulta.

— Possibilitar uma maior separação emocional do marido, bem como o encaminhamento de um processo judicial para obter a pensão.

— Possibilitar um diálogo entre mãe e filhos em que todos consigam expressar os seus sentimentos em relação ao pai, as recordações do passado e as preocupações que os filhos até agora não colocaram abertamente por medo de que a mãe pudesse reagir de forma agressiva.

— Fortalecer Janaína de tal modo que ela consiga conviver de maneira mais tranqüila com as suas preocupações mágicas e tenha condições de resistir à dependência de rituais da umbanda.

— Questionar os seus valores e ajudá-la na elaboração simbólica do conflito de estar dividida entre dois sistemas religiosos: o da umbanda e o da Igreja Católica.

7. O Modelo de Aconselhamento Familiar Estrutural e Narrativo

Nesse estudo de caso nos baseamos numa proposta de aconselhamento familiar sistêmico estrutural e narrativo que trabalha com a estrutura familiar e com o texto falado das histórias dos membros da família em que se apresentam as relações, os problemas e os conflitos familiares no seu contexto cultural. O aconselhamento familiar narrativo procura transformar as relações problemáticas através de processos narrativos nos quais acontece a fusão do horizonte das histórias familiares com o horizonte das histórias do cristianismo que as interpretam. Como pano de fundo psicológico do aconselhamento familiar estrutural e narrativo serve a teoria de duas correntes de terapia familiar, a terapia estrutural e a narrativa, que fornecem instrumentos úteis para o trabalho qualificado de aconselhadores no contexto da Igreja. A sua abordagem sistêmica, que interpreta problemas e conflitos de indivíduos como expressão de perturbações nos sistemas sociais de que participam, me parece ser mais adequado para o aconselhamento pastoral, pois permite levar em consideração o impacto do contexto social e político na vida particular.

Os pressupostos básicos da terapia estrutural, que foi inaugurada pelo argentino Salvador Minuchin, são a consideração da família como um sistema de interações repetidas que definem a relação, posição e função dos membros. Na família diferenciam-se os subsistemas de marido e mulher, pais e filhos e de limites indefinidos, rígidos ou flexíveis entre eles que definem tarefas, direitos e responsabilidades das pessoas conforme os costumes da cultura. Na relação entre as gerações transmitem-se valores, regras, o estilo de comunicação, crenças, histórias sobre a própria identidade da família e também conflitos e problemas. Problemas de membros da família como doenças mentais, suicídio, criminalidade, dependência de drogas são causados pelo sistema como um todo. O membro que sofre ou mostra um comportamento problemático é o paciente identificado (PI) da família. Para ajudar este membro precisa-se trabalhar com o sistema familiar. O terapeuta influencia o processo de interação familiar ativamente através de técnicas como reclassificação, prescrições, controle, tarefas de casa²⁶.

O enfoque narrativo na terapia sistêmica, introduzido por Michael White e David Epston da Austrália e Nova Zelândia, compreende a terapia nos padrões do pós-modernismo como processo de des-construção e redescrção de estórias rela-

cionadas com problemas. O seu ponto de partida é o construtivismo social, que entende sistemas individuais e sociais como fenômenos de linguagem. Esses sistemas são relacionados com determinadas histórias que definem a realidade simbólica. A mudança nas relações é possível quando as pessoas se tornam capazes de mudar as suas construções simbólicas, quer dizer, as histórias que determinam a sua visão do mundo e do problema em pauta. A terapia narrativa encoraja os membros da família a contar as suas histórias, também as reprimidas e não faladas, como as de abuso sexual, doenças, etc. Procurando uma nova percepção da família e de outros grupos, ela está interessada em histórias que mostrem um comportamento diferente na solução de problemas, recordações de momentos de coragem, de pessoas que deram apoio e ajudaram a sair da depressão, de experiências religiosas que ajudaram. Essas simbolizações levam a outra percepção de si mesmo e dos outros que possibilita novas soluções do problema. É tarefa do terapeuta dirigir as conversas ativamente nessa direção. Ele é apoiado por uma equipe de profissionais e leigos que reflete junto e, em determinado momento, dá um *feedback* à família²⁷.

Ambos os modelos estão muito interessados na cooperação da família com os sistemas mais amplos da sociedade, como, por exemplo, associações de bairro, serviços de saúde, escolas, comunidades eclesiais, organizações de mulheres ou de direitos humanos, o Conselho Tutelar, os partidos políticos. A visão sistêmica implica uma concepção de aconselhamento pastoral que inclui os aspectos comunitários e sócio-políticos. A vantagem do modelo narrativo em termos de cultura é que ele critica todas as tendências de “colonização” da biografia, das histórias e da percepção dos aconselhados pela perspectiva dominante na teoria terapêutica. Ele tenta evitar todas as formas de dominação por parte dos aconselhadores e dá expressão às experiências dos aconselhados, às suas histórias. Isto fecha com o interesse básico do aconselhamento pastoral. Numa perspectiva narrativa, o aconselhamento pastoral pode ser entendido como processo em que as pequenas histórias da vida humana são escutadas e tocadas pela “grande história” da caminhada de Deus com a criação e com os seres humanos²⁸.

8. Conclusão: o/a Aconselhador/a culturalmente Sensível

O que se espera de aconselhadores que são culturalmente sensíveis? No seu livro *Pastoral Counseling across Cultures*, David Augsburger identifica cinco características do aconselhador capacitado para trabalhar com a diversidade cultural: 1) Ele tem “consciência clara dos seus próprios valores e pressupostos básicos”. 2) Está aberto para outras visões do mundo e tem a capacidade de apreciá-las. 3) Considera o indivíduo e o contexto político, econômico, social, histórico e religioso como fontes para poder influenciar determinada situação e percebe o impacto de

racismo, exploração econômica, opressão política e preconceitos religiosos na personalidade das pessoas aconselhadas. 4) Ele é capaz de ultrapassar os limites da sua teoria e técnica de aconselhamento e, de maneira eclética, consegue adaptá-las à experiência de vida do aconselhando. 5) Entende a si mesmo como “cidadão do mundo, relacionado com todos os seres humanos, bem como diferente de todos eles”²⁹.

O aconselhador desenvolve uma postura de “interpatia” que vai além da empatia, pois não se refere apenas ao sentimento do outro, mas exige assumir temporariamente os pressupostos básicos do outro e sentir com ele a partir dos mesmos³⁰. Quem não consegue cumprir estas exigências básicas torna-se um aconselhador culturalmente fechado e opressor³¹. A sensibilidade cultural nesta colocação refere-se a três aspectos: a percepção da própria cultura, o conhecimento da cultura do outro e a capacidade técnica do aconselhador.

O treinamento de aconselhadores interculturais nos Estados Unidos orienta-se por esses três aspectos. Na sua proposta de um treinamento de aconselhadores culturalmente sensíveis e capacitados Pederson e Ivey os interpretam como três passos sucessivos: primeiro deve-se aprofundar a percepção da própria cultura e as opiniões e preconceitos em relação à cultura do outro, depois aumentar a informação sobre a mesma para, num terceiro passo, poder desenvolver a capacidade de intervir adequadamente³².

Na situação da diversidade cultural brasileira a parte da informação sobre a cultura do outro pode criar dificuldades, pois o aconselhador não pode conhecer de maneira suficiente as características das várias culturas. Mesmo tendo uma perspectiva etnológica, ele não é especialista nesta área. Para solucionar este problema Terry Soo-Hoo, um psicólogo de origem chinesa, sugeriu delimitar as informações sobre a cultura do outro e, em cooperação com o aconselhando, procurar apenas aqueles conhecimentos que são imprescindíveis para compreender o seu problema e de que maneira determinada situação se torna um problema para ele³³. O nosso modelo estrutural e narrativo de aconselhamento pastoral da família segue esta idéia sem esquecer que, num sentido mais amplo, as diferenças culturais influenciam desde o início as expectativas em relação ao aconselhador e ao processo de aconselhamento como tal.

Bibliografia

ANDERSON, Harlene, GOOLISHIAN, Harold A. Human Systems as Linguistic Systems : Preliminary and Evolving Ideas about the Implications for Clinical Theory. *Family Process*, v. 27, n. 4, p. 371ss., 1988.

AUGSBURGER, David W. *Pastoral Counseling across Cultures*. Philadelphia : Westminster, 1986.

BENEDICT, Ruth. *Urformen der Kultur*. Hamburg : Rowohlt, 1955.

BOFF, Leonardo. Evangelizar a partir das culturas oprimidas. In: SUESS, Paulo (Org.). *Culturas e*

- evangelização* : a unidade da razão evangélica na multiplicidade de suas vozes. São Paulo : Loyola, 1991. p. 127-172.
- BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura brasileira* : temas e situações. São Paulo : Ática, 1987. p 7-15.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A arca de Noé : apontamentos sobre sentidos e diferenças a respeito da idéia da cultura. In: SUESS, Paulo (Org.). *Culturas e evangelização*. São Paulo : Loyola, 1991. p. 21-40.
- CLINEBELL, Howard. *Aconselhamento pastoral* : modelo centrado em libertação e crescimento. São Leopoldo : Sinodal; São Paulo : Paulinas, 1987.
- CONTINI, Eliane. *Un psychiatre dans la favela*. Le Plessis Robinson : Synthélabo, 1995.
- DEVEREUX, Georges. *Angst und Methode in den Verhaltenswissenschaften*. 2. Aufl. Frankfurt am Main : Suhrkamp, 1988.
- GERKIN, Charles V. *Prophetic Pastoral Practice* : A Christian Vision of Life Together. Nashville : Abingdon, 1991.
- GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente* : psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1982.
- LINARES, Juan Luis. *Identidad y narrativa* : la terapia familiar en la práctica clínica. Barcelona, Buenos Aires, México : Paidós, 1996.
- MINUCHIN, Salvador. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990.
- . *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990.
- PATTON, John. *Pastoral Care in Context* : An Introduction to Pastoral Care. Louisville (Kentucky) : Westminster/John Knox, 1993.
- PAULY, Lody U. A fala fragmentada de um corpo em fragmentos : relato e reflexão pedagógico-psicanalítica a partir da experiência na Oficina do Pão. *Estudos Teológicos*, v. 36, n. 2, p. 169-184, 1996.
- PEDERSEN, Paul B. et al. (Eds.) *Counseling across Cultures*. Thousand Oaks, London, New Delhi, 1996.
- PEDERSEN, Paul B., IVEY, Allen. *Culture-Centered Counseling and Interviewing Skills* : A Practical Guide. Westport (Connecticut) : Praeger, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro* : a formação e o sentido do Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Helcion. *A identidade do brasileiro* : “capado, sangrado e festeiro”. Petrópolis : Vozes, 1994.
- SOO-HOO, Terry. The Multicultural Perspective versus the Multicultural Expert. *The Family Psychologist*, p. 31s., Winter 1995.
- SOUZA, Octávio. *Fantasia do Brasil* : as identificações na busca da identidade nacional. São Paulo : Escuta, 1994.
- SUE, Derald Wing, SUE, David. *Counseling the Culturally Different* : Theory & Practice. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1990.
- SUESS, Paulo. Apontamentos para a construção do paradigma da inculturação. In: SCHMIDT, Ervino, ALTMANN, Walter (Eds.). *Inculturação e sincretismo*. São Leopoldo : IEPG; Porto Alegre : CONIC, 1994. p. 20-34.
- WHITE, Michael, EPSTON, David. *Medios narrativos para fines terapéuticos*. Buenos Aires, Barcelona, México : Paidós, 1996.

Notas

- 1 Clifford GEERTZ, *Local Knowledge* : Further Essays in Interpretive Anthropology, New York : Basic Books, 1983, p. 44.
- 2 Harlene ANDERSON, Harold A. GOOLISHIAN, *Human Systems as Linguistic Systems*.
- 3 Clifford GEERTZ, *The Interpretation of Cultures*, New York : Basic Books, 1973, p. 5; ID., *Local Knowledge*, p. 30ss.
- 4 John PATTON, *Pastoral Care in Context*, p. 43s.
- 5 Ruth BENEDICT, *Urformen der Kultur*.
- 6 Georges DEVEREUX, *Angst und Methode in den Verhaltenswissenschaften*, p. 289s.
- 7 Derald Wing SUE, David, SUE, *Counseling the Culturally Different*, p. 6, cf. 71.
- 8 ID., *ibid.*, p. 12, 8.
- 9 *Ibid.*, p. 8.
- 10 *Ibid.*, p. 15.
- 11 *Ibid.*, p. 67, 69.
- 12 Carol GILLIGAN, *Uma voz diferente*; Beverley COMAS-DÍAZ GREENE (Ed.), *Women of Color: Integrating Ethnic and Gender Identities in Psychotherapy*, New York, London : Guilford, 1994.
- 13 Paul B. PEDERSEN et al. (Eds.), *Counseling across Cultures*, p. VII.
- 14 Helcion RIBEIRO, *A identidade do brasileiro*.
- 15 A diferenciação entre cultura dominante e cultura oprimida que se encontra frequentemente em escritos da teologia da libertação foi questionada pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão. A sua crítica aponta para o caráter muitas vezes ideológico da interpretação da cultura a partir deste esquema. Ele solicita que um teólogo, ao entrar no campo da antropologia, renuncie a preconceitos éticos ou religiosos e busque uma postura que lhe permita descrever os fenômenos culturais de uma forma mais apropriada. Acreditamos que a proposta de Brandão corre o risco de perder de vista o aspecto do poder na cultura, que é essencial para entender a cultura latino-americana. Por este motivo optamos por um uso bem refletido dos conceitos de “cultura dominante” e “cultura oprimida” (cf. Carlos Rodrigues BRANDÃO, *A arca de Noé*, p. 38s.).
- 16 Um defensor da hipótese do Brasil como *melting pot* em que as culturas dos diferentes povos se misturaram é Darcy RIBEIRO, *O povo brasileiro*. No entanto, a pesquisa antropológica está redescobrimdo o significado da diferença e diversidade cultural do Brasil (cf. Alfredo BOSI, *Plural, mas não caótico*).
- 17 Cf. Octávio SOUZA, *Fantasia do Brasil*, p. 119ss.
- 18 Eliane CONTINI, *Un psychiatre dans la favela*, p. 151ss. (cf. também o texto da contracapa).
- 19 Lody U. PAULY, *A fala fragmentada de um corpo em fragmentos*.
- 20 Eliane CONTINI, *op. cit.*, p. 13ss.
- 21 Howard CLINEBELL, *Aconselhamento pastoral*.
- 22 Leonardo BOFF, *Evangelizar a partir das culturas oprimidas*, p. 135.
- 23 Paulo SUESS, *Apontamentos para a construção do paradigma da inculturação*, p. 29.
- 24 ID., *ibid.*
- 25 Leonardo BOFF, *op. cit.*, p. 141.
- 26 Cf. Salvador MINUCHIN, *Famílias: funcionamento e tratamento*; ID., *Técnicas de terapia familiar*.

- 27 Cf. Juan Luis LINARES, *Identidad y narrativa*; Michael WHITE, David EPSTON, *Medios narrativos para fines terapéuticos*.
- 28 Charles V. GERKIN, *Prophetic Pastoral Practice*, p. 16ss.
- 29 David W. AUGSBURGER, *Pastoral Counseling across Cultures*, p. 20s.
- 30 ID., *ibid.*, p. 31.
- 31 *Ibid.*, p. 22.
- 32 Paul B. PEDERSEN, Allen IVEY, *Culture-Centered Counseling and Interviewing Skills*, p. 22.
- 33 Terry SOO-HOO, *The Multicultural Perspective versus the Multicultural Expert*, p. 31s.

Christoph Schneider-Harpprecht
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS